
106ª SESSÃO ORDINÁRIA 09NOV2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Agentes de Fiscalização do Município de Porto Alegre que tratará de assunto relativo Manutenção da lei que estabelece o nível superior em concurso público. O Sr. Roberto da Silva Camargo, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ROBERTO DA SILVA CAMARGO: Exmo. Ver. João Carlos Nedel, na presidência dos trabalhos, muito boa tarde; ao cumprimentá-lo, desde já, agradeço a oportunidade de usar tão privilegiado espaço, cumprimento também todos os Vereadores e Vereadoras, tão bem escolhidos por Porto Alegre para essa representação tão especial. A atuação desta Casa, em sintonia com toda a sociedade, construiu uma sociedade que é referência mundial em democracia, uma cidade, a Capital com um dos maiores índices de qualidade de vida do Brasil. No entanto, nem tudo são flores, Vereadores. Se, por um lado, a grande maioria da população tem espírito público, respeita as leis e dá uma resposta positiva imediata às campanhas de conscientização e educação em relação às posturas municipais, tem uma parcela da população que precisa de um certo incentivo para se adequar à convivência coletiva. Nessa tarefa, o elemento central de ligação da administração com a sua cidade e seus cidadãos, um desses pilares é a figura do agente de fiscalização. É ele que faz a orientação, a educação, a prevenção e aí, sim, ao final, caso não tenha êxito nos movimentos anteriores, acaba tendo a atividade do poder de polícia administrativo com a coerção, no sentido de exigir o cumprimento dessas posturas emanadas desta Casa.

O nosso cargo de agente de fiscalização, da forma como o conhecemos hoje, tem origem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Naquele momento havia uma legislação

sem integração, em que foram reunidas em uma legislação muito moderna para a época, que era o Código de Posturas, que vale até hoje. Em apenas 93 artigos se esgotava a vida da Cidade, todo o regramento municipal, em relação às obras, à saúde pública, ao transporte de passageiros e de cargas, à limpeza urbana, à indústria, ao comércio, ao meio ambiente, e outros, estava regulamentado em uma única norma. Então tínhamos este quadro: uma norma, 90 artigos esgotando o assunto em relação ao controle público da Cidade, compatível com o agente de fiscalização de nível médio. No entanto, de lá para cá, essa única norma se desdobrou em mais de 500 normas. Esses 93 artigos da época se desdobraram até onde a gente contabilizou em mais de 6,6 mil artigos. Com essa complexidade, com esse aumento na responsabilidade, é muito adequado um fiscal de nível superior, o que, aliás, foi analisado e aprovado por esta Casa. Seguindo essa tendência nacional, então, dois anos atrás, atentando para essa mudança na complexidade do cargo e na responsabilidade da função, esta Casa alterou o requisito de escolaridade do cargo de agente de fiscalização de nível médio para nível superior, adequando à realidade atual da Cidade, requisito este de escolaridade superior presente em todos os bons modelos de fiscalização por todo o Brasil.

A atual administração municipal, atenta à importância do controle da Cidade por sua fiscalização e percebendo o quadro reduzido de fiscais, propôs um modelo que, no nosso sentimento, não atenderá os objetivos de ter um controle melhor do funcionamento da Cidade. Esse projeto de lei que se refere à ampliação da atuação da Guarda Municipal, na chamada lei antivandalismo prevê, entre outros itens, que a Guarda Municipal realizaria todas as tarefas de fiscalização, como vigilância sanitária, meio ambiente, Procon, obras, indústria, comércio, serviços e posturas, tarefas cuja competência inquestionável é dos agentes de fiscalização. A manifestação da Procuradoria desta Casa, muito corretamente, já atentou para a inconstitucionalidade da proposta, especialmente em relação a dois itens, não são os únicos, mas são os principais, a diferença em relação à escolaridade, já que o requisito da escolaridade do agente de fiscalização é o nível superior completo e para a Guarda Municipal é nível médio. O segundo ponto é a impossibilidade de uma categoria profissional exercer atividades de competência de outra categoria, criando uma espécie de provimento derivado. Com algum impacto, os fiscais foram surpreendidos por um segundo projeto, que, dessa vez, estaria retirando de Porto Alegre essa fiscalização mais qualificada de nível superior,

debatida por muito tempo aqui nesta Casa e finalmente aprovada aqui por sua justiça. Esse projeto seria o ato preparatório ao referido na lei antivandalismo, pois rebaixando a escolaridade da fiscalização, estaria sendo removido um dos itens que impede a aprovação desses itens de fiscalização em relação à Guarda. Nós entendemos que tal matéria representa grande retrocesso nesse modelo administrativo de fiscalização, considerando a complexidade dessas relações. Na exposição de motivos, o Prefeito refere que tem que ser mais adequado ao nível de médio com a fiscalização pois historicamente sempre foi esse o requisito, refere que a Guarda Municipal também tem o mesmo requisito, mas não foi observado na exposição de motivos que a Guarda Municipal também teve o seu avanço de escolaridade, também foi considerado um aumento na responsabilidade da função, na complexidade no cargo, e a Guarda Municipal, que tinha por requisito a 6ª Série do 1º Grau, subiu para o nível médio completo, um avanço adequado e necessário. Entendemos que o rebaixamento dessa conquista da cidade de Porto Alegre, de ter uma fiscalização mais qualificada, deve ser mantida, entendemos que essa proposta apresentada pelo Governo não está madura o suficiente, entendemos que tem que haver um debate bem mais amplo e democrático, cujo local não existe mais adequado do que esta Casa, Ver. Cecchim. Então, nesse aspecto, entendemos e concordamos que a estrutura de fiscalização realmente está insuficiente e que precisa investimento, sim, mas da forma proposta. Uma fiscalização mais eficiente em conquista, investindo exatamente em fiscalização e não em outras áreas, no nosso sentimento. Temos muito orgulho e muita parceria com nossos colegas da Guarda Municipal. Trabalhamos em conjunto e sentimos a necessidade de uma aproximação ainda maior, mas num trabalho articulado, em conjunto, mas cada categoria nas suas atribuições, em respeito à Constituição e aos demais requisitos legais. Estamos aqui justamente abrindo o debate e o diálogo, demonstrando parceria em fazer essa discussão. Entendemos que a Guarda Municipal é um órgão extremamente importante, cada vez mais demandado aqui em Porto Alegre, mas entendemos que ela pode atuar em paralelo com a fiscalização. Nós entendemos que esta sobreposição não é o melhor caminho que nós possuímos de aumentar o controle da Cidade e ter uma fiscalização mais eficiente. Repetindo, uma fiscalização mais eficiente se faz investindo em fiscalização e não em outra área.

Ao final, agradecendo a oportunidade, rogamos a costumeira parceria desta Casa com as questões justas e necessárias para a nossa Porto Alegre, ficando à disposição para o diálogo e para o entendimento, estando inclusive com sugestões e projetos de aperfeiçoamento da fiscalização. Estão praticamente prontos esses projetos elaborados por nós, pela fiscalização, e em breve traremos para este debate democrático. Entendemos que temos grande contribuição a dar. Nós estudamos o Brasil, nós estudamos todos os bons modelos de fiscalização de praticamente todas as capitais do Brasil e temos esses dados disponíveis e sugestões para que a nossa grande e querida Porto Alegre venha a ser uma Cidade só de oportunidade para todos e de justiça social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente Nedel, esta visita do representante dos fiscais é muito importante. Eu acho que este artigo que quer baixar o curso superior para o médio está mal colocado. Nós não temos nada contra a Guarda, ao contrário; nós queremos bem a Guarda, mas não podemos, de maneira nenhuma, tirar a qualificação de quem já está lá. O próprio Sr. Prefeito, eu conversei com ele, está de acordo com isso. Por isso eu queria dizer ao representante da Fiscalização que certamente este parágrafo se tornará sem efeito através de uma emenda. De preferência, quero pegar a assinatura de mais Vereadores para eu não parecer o pai da criança, porque muitos Vereadores concordam conosco, Ver.^a Sofia. Aquilo que já está, aquilo que já é conquista, não dá para tirar. Que a Guarda tenha todas as atribuições que possa se dar a ela, mas que não se tire nada da Fiscalização, que demorou três ou quatro anos para conseguir isso. Participei dessa luta e continuo na mesma luta junto com muitos Vereadores, colegas aqui. Não conversei ainda com a bancada sobre este assunto específico, mas tenho certeza de que o Valter, que já foi Secretário também, a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Carús e o Ver. Mendes Ribeiro têm a mesma compreensão. Por isso, conte com a bancada do PMDB para esta que, infelizmente não é uma luta para ganhar, é para não perder. Mas,

infelizmente, tem vezes que a gente precisa lutar para manter os espaços. Obrigado.
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, trago um abraço aos colegas, amigos e amigas da nossa Fiscalização. Estamos na linha do Ver. Idenir Cecchim. Na verdade, estaremos juntos com a Fiscalização e sem nada contra a Guarda. Lutamos, e vocês trabalharam durante anos – e eu me lembro bem da luta que tiveram e participei ativamente dela – para conquistar o nível superior, e, agora, não vemos a menor possibilidade de que isso seja retirado. Então, contem conosco. Um abraço, obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sr. Presidente da Associação, já conversamos. Nós temos um objetivo na nossa Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH de, junto com a CCJ, fazemos uma reunião para vermos as inconstitucionalidades e como vamos tratar deste assunto na Casa. Acho que é um bom tema, para bons debates. Tens fiscais para uma coisa e para outra coisa. Um fiscal, por exemplo, da SMAMS ou da SMOV, tem que ter muito conhecimento técnico; outros fiscais não precisam ter muito conhecimento técnico. O brigadiano, quando vai para a rua, só tem curso superior a partir de tenente, se não me engano, mas ele faz todas as tarefas da rua com instruções, através de cursos que a Brigada dá e automaticamente ele prepara o processo. Então é uma questão de nós conversarmos, a ideia em princípio é boa, mas, tudo o que for inconstitucional, naturalmente, a Casa vai se debruçar. Então acho que é um bom debate, vamos chamá-los, para que nós possamos ajeitar, porque a Guarda Municipal tem que ter

e deve ter outras competências também, como está nessas normas que vieram para esta Casa para que a Guarda Municipal possa dar continuidade ao seu trabalho e dar ajuda aos fiscais e automaticamente poder fazer alguma coisa que hoje não tem atribuição. Cada fiscal é um fiscal, cada tarefa é uma tarefa, nós temos que separar o joio do trigo, como se diz, e valorizar todos. E como o disse o Ver. Cecchim aqui, o cara que está lá em cima não vai ser rebaixado, mas as secretarias precisam de mais consistência, e é nesse sentido que nós devemos tratar nessas audiências, para que a gente possa ajudar e esta Casa possa participar junto com vocês. Serão convidados. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Diretor, eu gostaria de parabenizá-lo pela clareza da sua exposição, e eu falo aqui em nome da minha bancada, a bancada do PSOL, que acompanhou bastante de perto a movimentação, as articulações, as conversas e a interlocução que vocês, agentes de fiscalização, em 2015, fizeram com o Executivo que até então ocupava o Paço Municipal. O Vice-Prefeito Sebastião Melo teve também um papel importante, nós acompanhamos de perto essas tratativas para a transformação do cargo de vocês, de agente de fiscalização, em nível superior, o que qualifica, com certeza, a prestação do serviço à população de Porto Alegre. E esse, eu acredito, é o desejo de todos, Vereadores, e de todos os servidores públicos desta Cidade, qualificar o serviço para melhor prestá-lo ao cidadão, que é para eles que nós trabalhamos. Portanto nós, da Bancada do PSOL, somos totalmente contrários a esse rebaixamento, como muito bem colocaram outros Vereadores que me antecederam aqui neste microfone. Portanto vocês têm todo o nosso apoio, nós vamos lutar, esperamos realmente que o Executivo repense essa ideia de fazer esse rebaixamento, porque isso desqualifica o serviço público e isso não é do interesse da nossa Cidade. Um grande abraço para vocês e bom trabalho a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: Presidente Nedel; Sr. Roberto, nosso Presidente, quero dizer que conheço muito bem o trabalho da saúde nas madrugadas e não é diferente do trabalho dos fiscais também nas madrugadas que trabalhamos juntos. Então qualquer conquista que se vai retroceder, ela deve ser punida aqui nesta Casa, e não acontecer. Vamos ter que segurar todos os empregos, todos os encaminhamentos de melhora para a fiscalização e para os funcionários da Saúde, principalmente. Um abraço para vocês.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente Roberto, primeiro, parabéns pelo trabalho de vocês. Vocês são poucos e fazem muito. Eu sou favorável que a Guarda venha compor junto esse grupo de fiscalização, até mesmo porque a Guarda, ele anda por todas as regiões de Porto Alegre, roda 24 horas por dia. Então, eu acho que isso vai acrescentar muito. Em relação ao projeto, eu acho que temos que estudar muito bem ele. Aqui nós estamos já trabalhando em cima dele para que venha a ficar bom para o Município, para os fiscais, para a Guarda e, principalmente, para os porto-alegrenses. E nós somos parceiros, conte conosco. Um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Nedel, cumprimento o Roberto Rodrigues, da Associação dos Agentes de Fiscalização – tinham nos passado que, talvez, o Valdemar falaria. Colegas, nós apoiamos, a nossa bancada, a bancada do PT, o Ver. Adeli, o Ver. Sgarbossa, apoiamos a mudança para o Ensino Superior, sabemos que foi uma luta que ainda não tem uma remuneração correspondente. Uma luta muito organizada encima da

compreensão da complexidade da fiscalização, e nós compreendemos isso e apoiamos, Ver. Nedel, não achamos que dá para aceitar retrocesso. Com certeza, não votaremos num retrocesso, como não estamos aceitando nenhuma intervenção que não tenha sido construída com o conjunto do funcionalismo, nas vidas, nas carreiras dos nossos funcionários municipais. Sobre o tema da Guarda há um pedido de vocês de não haver sombreamento e nós temos acordo sobre isso, porque a Guarda Municipal está sendo muito demandada, está com mais de 160 cargos vagos, nós estamos com muitos lugares sem o apoio do nosso guarda municipal em tarefas que já são suas e, infelizmente, com uma política muito ruim para a segurança dos trabalhadores do Município, que é a de terceirização, a de contratação privada. Então, nós queremos valorizar a Guarda Municipal, queremos garantir o concurso, queremos que os guardas tenham carreira permanente e que atuem na tarefa precípua, que é a da segurança, que é fazer a mediação. Nós temos 96 escolas que sem um guarda municipal permanente, é muito complexo construir segurança e um processo pedagógico adequado. Realmente, a nossa bancada, Ver. Adeli, se compromete a olhar com muito carinho esses dois projetos, de nenhuma maneira concordar com o retrocesso do Fiscal, mas construir, no diálogo com a Guarda, que a gente possa defender uma Guarda Municipal nas funções que tem e em sua valorização, e não sombrear, porque está me parecendo que o Governo está aplicando essa lógica de fazer mais com menos, diminuir estado público, e a gente sabe que quando isso acontece quem perde são a população e as políticas públicas. Parabéns pela luta e contem com a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Agradecemos a presença do Sr. Roberto Rodrigues, Diretor da Associação dos Agentes de Fiscalização do Município de Porto Alegre. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): (14h45min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar sobre as atividades desenvolvidas pela Brigada Militar, por meio da Patrulha Maria da Penha. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Clarice Heck, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha.

A Sra. Clarice Heck, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, está com a palavra.

A SRA. CLARICE HECK: Senhoras e senhores, muito boa tarde. Eu sou a Capitã Clarice Heck, Coordenadora-Geral da Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, eu cumprimento o Ver. João Carlos Nedel, presidindo a Sessão em nome do Presidente da Câmara de Vereadores, e a Ver.^a Comandante Nádia, Tenente-Coronel; e, em nome deles, saúdo todas as demais autoridades e convidados aqui presentes.

A ideia é justamente ilustrar aos senhores e senhoras as atividades que são desenvolvidas pela Patrulha Maria da Penha. A criação da Patrulha Maria da Penha, um marco na Brigada Militar, foi em 20 de outubro de 2012 – atividade pioneira na Brigada Militar. Eu tenho muita satisfação e muito orgulho de ressaltar o trabalho da primeira Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, a Tenente-Coronel Nádia. A Tenente-Coronel Nádia desafiou, acreditou, servindo de exemplo para muitas policiais militares. Com sua coragem, desbravou e lançou a Patrulha Maria da Penha. Saiba do nosso reconhecimento, carinho e consideração. Diga-se de passagem que a atividade pioneira que foi lançada na Brigada Militar no ano de 2012 já serviu de referência para mais de oito Estados da Federação. Semana que vem, está vindo ao Estado do Rio Grande do Sul o Estado de Sergipe, onde, na verdade, a Guarda Municipal daquele Estado está buscando a nossa experiência para tentar implementar no seu Estado. Um grande orgulho! Atualmente, a atividade está sendo desenvolvida em 27 municípios no Estado do Rio Grande do Sul através de 32 Patrulhas Maria da Penha, o que envolve um efetivo de, aproximadamente, cem policiais militares na atividade. Policiais militares estes que recebem capacitação, qualificação para justamente desenvolverem a sensibilidade, o empenho pessoal, pois, nessa atividade, se não houver o empenho pessoal do policial militar, dificilmente, ele conseguirá permanecer nessa atividade.

A Comandante Nádia foi a primeira coordenadora, não me canso de falar; hoje, estou exercendo essa atividade e sei dos desafios e sinto isso na pele, pois foi ela quem lançou as primeiras sementes dessa árdua tarefa de levar a efetiva proteção à mulher, que é a pedra fundamental na conservação da família.

Agora, ressalto um pouco das nossas atividades no ano de 2017. Este ano, comemoramos os cinco anos da existência e de atividades da Patrulha Maria da Penha. Nesses primeiros cinco anos de existência, a produtividade foi de mais de 45 mil mulheres que foram atendidas por esses policiais militares nas mais diversas circunstâncias e formas de violência contra a mulher. Aproximadamente, 50 mil visitas nesses 27 municípios, onde a Patrulha está instalada. Realizamos a capacitação de uma turma de policiais militares em outubro passado. Em março deste ano, o Rio Grande do Sul, através da Brigada Militar, compôs um grupo de trabalho pela nacionalização da Patrulha Maria da Penha, juntamente com mais cinco Estados da Federação, entre eles: Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Brasília. Elaboramos o primeiro curso nacional de multiplicador da Patrulha Maria da Penha. Atividade que está concluída neste momento na Academia de Polícia Militar em Porto Alegre, onde 18 policiais militares, entre gestores, a sua grande maioria, e alguns Sargentos estão recebendo a qualificação de serem multiplicadores. O que isso quer dizer? Multiplicadores são multiplicadores e coordenadores, exemplo, Tenente-Coronel Nádia, outras coordenadoras que passarem, e eu estou à frente, atualmente. É semear, é multiplicar essas atividades em todo o Estado do Rio grande do Sul. É uma estratégia de Comando, é justamente fomentar, estancar esse ciclo de violência.

Em junho passado também realizamos o primeiro curso de aperfeiçoamento dos policiais militares. O que percebemos e identificamos que seria necessário incentivá-los, mostrando técnicas mais eficientes, mais habilidosas, para justamente, eles também perceberem o quanto que eles são importantes nessa temática.

Em suma, senhoras e senhores, a seguir vamos passar um vídeo em relação aos 180 anos, e um deles aborda que estamos há cinco anos da existência da Patrulha Maria da Penha. Eu reforço que a estrutura da rede não é apenas a Patrulha Maria da Penha, é o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Delegacias Especializadas da Mulher, as Promotoras Legais Populares, as Coordenadorias das Mulheres, o Centro de Referências e outros, que talvez não me recorde neste momento. Todos são

extremamente importantes neste processo. E, diga-se de passagem, que a família é a base e a estrutura, é a luz que devemos investir realmente na educação, porque, do contrário, todos esses serviços da rede vão continuar a ter seus efeitos. O que precisa ser abordado, ser focado, são as causas, o que realmente está acontecendo com aquela família. E mais uma vez eu ressalto a importância desse olhar da sociedade para com o todo. Eu peço a gentileza, neste momento, para que as senhoras e os senhores assistam aos registros com carinho, daquilo que os policiais militares fazem na Patrulha Maria da Penha. Por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. CLARICE HECK: Senhoras e senhores, infelizmente, há problemas técnicos, então a gente vai concluir com a seguinte fala: a Comandante Nádia também é pioneira e conhece, como poucos conhecem, as dificuldades que enfrentamos para romper as barreiras externas e internas, para assegurar a proteção à mulher gaúcha em todo o nosso Estado. A luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres continua e conta com a colaboração de todos os presentes. A Brigada Militar agradece a oportunidade, e nos colocamos sempre à disposição para juntos podermos estancar o ciclo de violência contra as mulheres. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado a nossa Capitã Clarice Heck. Cumprimentos a ela, cumprimentos a nossa briosa Brigada Militar, cumprimentos pelo trabalho da Patrulha Maria da Penha, o meu reconhecimento, neste momento na presidência da Casa, em relação ao trabalho precursor e corajoso da minha companheira de bancada, a nossa Ver.^a Comandante Nádia.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em nome da bancada do PP – Ver. Ricardo Gomes, Ver. Cassiá Carpes e Ver. João Carlos

Nedel –, a qual tenho orgulho de liderar. Parabênzo a Ver.^a Comandante Nádia por nos trazer essa importante lembrança e por proporcionar esse momento de reconhecimento ao trabalho da Patrulha Maria da Penha da nossa Brigada Militar, pela tua estreita ligação com essa causa, Nádia, no teu papel de implantadora da Patrulha Maria da Penha no Estado, não poderia ser diferente. Como vereadora e mulher, busco e almejo a conquista de um dia alcançarmos mais igualdade na política e também nas relações sociais e no mercado de trabalho. Junto com isso, caminha a busca pelo fim dos altos números de violência contra a mulher. Hoje se comemoram cinco anos de uma iniciativa que veio trabalhar de forma preventiva e ativa pela diminuição da violência doméstica e dos feminicídios, que são uma triste realidade e, muitas vezes, infelizmente, o desfecho de muitos casos registrados. A Patrulha Maria da Penha, tanto quanto a existência da lei de proteção do mesmo nome, é um apoio indispensável e, muitas vezes, decisivo para as mulheres que vivem em situação de ameaça, que estão em risco no convívio com seus agressores, que, geralmente, estão ao lado deles, dentro de suas próprias casas, nos relacionamentos ou na família. Que bom a sociedade gaúcha poder contar com esse mecanismo sério, comprometido e confiável numa causa que é social, é moral, é política, é de utilidade pública, que legitima uma luta pela igualdade e pela dignidade feminina, que é urgente.

Eu me orgulho que a Brigada Militar, instituição que tanto prezo, admiro e incentivo, esteja à frente de tão importante missão. Parabéns a todos os envolvidos. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras; colega que assumiu ontem, a quem eu não consegui fazer uma saudação; queria fazer uma saudação especial ao nosso atual e, no ano que vem, Presidente da Câmara, Valter, meu querido amigo, parceiro, pessoa por quem eu tenho uma grande admiração; Capitã Clarice, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha; queria também fazer uma saudação especial à minha colega Comandante Nádia, por quem eu tenho uma grande estima e sei que cumpre um grande papel aqui dentro. Fiquei muito feliz porque eu, pessoalmente, Capitã

e Comandante, conheci a Brigada Militar mais proximamente. Eu tinha impressão, como aqueles da sociedade, que era assim: “Ah, aconteceu alguma coisa, chama a Brigada Militar. Deu algum bolo, chama a Brigada Militar.” Em 2012, eu comecei a ter contato efetivo com a realidade da Brigada Militar e passei a admirá-la mais ainda. Primeiro, porque eu descobri que para ser brigadiano tem que ter muita coragem mesmo, porque a gente muitas vezes imagina que é um trabalhador comum que faz a nossa segurança. Mas o que está por trás disso? E comecei a conviver com eles, tanto que, no meu gabinete, passaram quase dez brigadianos; alguns ficaram, outros tiveram outros afazeres, outros me ajudam nas campanhas. Vários Batalhões da Cidade sempre me ajudaram muito na questão da causa animal, fora a realidade de vida: conhecer o que é ser brigadiano; enfrentar direto o crime, literalmente; receber ameaças, porque muitos brigadianos moram inclusive em comunidades em que a realidade é o vizinho ser uma pessoa que talvez já tenha sido preso pelo próprio brigadiano. Então passei a ter um carinho muito especial pela instituição.

Hoje, eu procuro estimular todos os jovens com que eu falo a irem para a Brigada Militar, agora inclusive abriu concurso, e essa gurizada de 18, 19, 20 anos. Eu até fiquei muito emocionado ao passar na Av. Aparício Borges, há uma ou duas semanas, quando vi uma turma de jovens correndo na avenida, meninas e rapazes que serão futuros brigadianos.

Então, meu total e incondicional apoio a essa instituição que eu espero que siga forte e firme por muitos anos e que cumpre um papel muito grande. Eu comentava aqui, em relação a uma protetora de animais de Viamão que há um mês – a Brigada, através do Sargento Bernardes, ajudou muito – vinha apanhando do seu ex-companheiro, questão de feminicídio absolutamente comum. Ela me mandou os áudios mostrando que estava apanhando sistematicamente, porque o grande conflito é que ela não estava com ele há três meses, mas ele a obrigava a ficar, dizendo nada aconteceria para ele, que compraria arma, que acabaria com a vida dele e dela, o que é bem costumeiro quando se faz ameaças. Ela vinha nesse conflito há três meses, e eu disse que a encaminharia para o Bernardes, para o Carbone, que são da Polícia Civil. Disse que a ajudaríamos, mas que teria que fazer a coisa dentro da regra e se manter. Ela foi lá e fez um boletim de ocorrência. A Brigada Militar encostou lá e realmente o que aconteceu foi fantástico porque ela me ligou agradecendo a vida dela pelo trabalho de os brigadianos terem ido lá

e conversado com aquele indivíduo, e ele ter se intimidado, porque muitos dos que fazem ameaça são os que têm aquela coragem dentro de casa, e na realidade não são.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Aproveito meu tempo de Liderança para falar também, pois acho que tem muito a ver, sobre o trabalho da instituição em conjunto com o trabalho da Segurança Pública. Com todo o problema hoje, a dificuldade financeira que se tem, o Estado quebrado, enfim, a gente ver pessoas que colocam sua vida em risco, como a Brigada Militar e Polícia Civil. Quero falar bastante sobre isso.

Eu estive na cidade de Cidreira, um Município extremamente pobre, com uma corrupção política há muitos anos, com obras que não funcionam - tem até um campo de futebol que está inativo -, sem uma proteção municipal para os animais, por exemplo. Desde o meu primeiro dia de mandato ou até antes porque eu morava no litoral – comentava isso com o Delegado Alexandre antes – eu já era chamado em Cidreira. Assim como outros Municípios em volta, na verdade na maior parte dos Municípios do litoral, Capão da Canoa, Tramandaí, Arroio do Sal, Torres, Passo de Torres, Quintão, sempre fui chamado para casos locais, inclusive em Pinhal e naquelas praias menores, como Imbé, entre outras. Mas fico muito feliz porque hoje para mim deu certo, pelo menos em uma parte de Cidreira, que é a parte do trabalho da Polícia Civil, Comandante - depois quero te apresentar o Delegado Alexandre, o Carlos Cléber Ferreira, o Leandro Barbosa, que é um parceiro, e a Tatiana Rocha da Motta. Eles literalmente compraram nossa briga pela causa animal no Município de Cidreira. Ontem, estava inclusive o Barbosa e a inspetora Tatiana junto, por orientação do delegado num caso muito delicado que inclusive hoje repercutiu na Zero Hora. Na semana passada, foram lá junto com a ONG Pega Bicho de Cidreira fazer o trabalho de recolhimento de animais que estavam em maus-tratos e houve uma denúncia. E assim eu fico muito emocionado em ver pessoas – com todos os problemas que se tem hoje nos Municípios, de homicídio, de tráfico, de roubo – com essa sensibilidade, comprando essas brigas. Ontem, o caso foi de uma senhora que, infelizmente, com 85 anos, vive uma situação periclitante dentro de casa, onde tinha 100 animais, e eu fui lá, convidado pela ONG Pega Bicho. Aproveito para fazer uma

homenagem para o pessoal da ONG Pega Bicho: a Leda, a Vera, a Dione, a Rosi, o Paulo, a Araci, que são de uma ONG que cumpri, literalmente, o papel que deveria ser do Município. É uma ONG que cumpri o papel de um departamento, de uma secretaria que deveria ter de animais na cidade de Cidreira, ela está envolvida diariamente em resolver vidas. Ontem, as meninas foram lá resolver o problema, e eu fui para casa pensando o quanto eu fiquei feliz e profundamente emocionado de ter conhecido vocês e o trabalho de vocês lá em Cidreira, uma cidade que é absolutamente abandonada nas questões dos animais, e que tem vários locais de abandono, como o Túnel Verde, as pessoas que voltam do verão... E essas mulheres e esses homens estão salvando vidas. Ontem, eu vi aquela senhora, junto com o Barbosa, com a Tatiana, e eles vieram literalmente no meio da merda, que não é outra coisa a se falar, uma casa tomada de fezes por todo lado, animais mortos lá dentro e ver eles tentando salvar aquelas vidas. Eu voltei aqui e disse: “Gente, olha, eu não sou nada perto de vocês” – nada, nada, nada, eu me considero um protetor que está em nível, ainda, de aprendizado. Vocês são pessoas que fazem realmente além do que podem, com seu próprio dinheiro, sem incentivo nenhum do Município, como é grande parte dos Municípios daqui do Estado do Rio Grande do Sul. Mas eu comentava com o delegado e tenho que reafirmar: por que tão feliz por Cidreira? Porque eu sei que dos piores locais que se tem, Cidreira está entre os piores. Lamentavelmente está entre os piores pela ausência de políticas públicas, não há um projeto de castração, muito menos há um projeto de hospital público e de um posto de saúde público. Hoje vocês têm que correr atrás de veterinários, atrás de remédio, disso, daquilo para sobreviver, ração, coisas que dão vida. E ver a delegacia funcionar dentro do seu funcionamento colaborando com isso, fiquei profundamente emocionado porque é o passo que a gente queria dar, que era ter uma delegacia de animais, mas mesmo os meninos da Polícia Civil ajudando vocês, vendo aquela situação, isso nos dá esperança pelo menos.

Eu quero dizer que, para mim, já valeu a pena se hoje eu tivesse que encerrar o meu trabalho aqui na Câmara, conhecer a ONG de vocês, conhecer o trabalho da Polícia de lá já teria valido a pena. Porque, apesar de ser um dos piores lugares, é onde tem mais dignidade, é onde as pessoas estão fazendo, não o Município, mas a delegacia e as protetoras.

O meu total e incondicional apoio à ONG Pega Bicho, o meu total orgulho de ter conhecido o trabalho de vocês. Como eu falei, amanhã ou depois eu não vou ser político, vou continuar a ser apoiador no que vocês precisarem.

E os meus parabéns, de fato, à Delegacia de Polícia de Cidreira, em nome do Delegado Alexandre, muito obrigado pela atenção de vocês.

E obrigado, Capitã, pelo trabalho de vocês aqui da Brigada que também são superparceiros. Eu já fui literalmente salvo algumas vezes da minha vida, tem o Guiorse, que trabalha com a Nádia, que é um grande parceiro, trabalhou comigo, brigadano, quantas vezes a Brigada Militar me tirou de situações bastante delicadas aqui em Porto Alegre, na Grande Porto Alegre e até no interior do Estado com relação à questão dos animais. Muito obrigado, Valter. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Maroni. Eu, Ver. Maroni, me somo à sua homenagem, e quero cumprimentar o Delegado Alexandre, o Inspetor Barbosa, a Inspetora Tatiane, a ONG Pega Bicho. Quero dizer também, em nome dos 36 Vereadores, que sejam muito bem-vindos; cumprimentos ao trabalho da nossa Policial Civil, da valente, competente Polícia Civil, com todas as dificuldades que enfrenta, que a gente sabe que nas delegacias do Litoral não é diferente da situação das delegacias aqui de Porto Alegre. Ainda com impressora antigas, com toda a dificuldade de materiais, material para levar adiante o seu trabalho, com a precariedade das delegacias de polícia, a gente vê que a Polícia Civil leva a cabo, com competência exemplar a sua missão, nas delegacias especializadas, no combate aos diferentes crimes, à violência contra a mulher, ao abigeato, aos crimes ambientais, enfim, às quadrilhas especializadas, a tudo... A Policial Civil também, sempre que provocada, dá uma resposta imediata a tudo. Na maior parte dos casos, mesmo com dificuldade da perícia técnica, consegue elucidar as questões e trazer à sociedade, ou trazer à Justiça a responsabilização daqueles que precisam ser acusados, devidamente processados, e se espera condenados para bem da sociedade e para bem daquelas pessoas de bem. Por favor, levem um abraço à Polícia Civil, especialmente ao nosso amigo Delegado Wendt, Chefe da Polícia Civil. Muito obrigado e sejam muito bem-vindos aqui.

O Ver. Baba Diba de Iyemonja está com a palavra em Comunicações.

O SR. BABA DIBA DE IYEMONJA: Quero saudar o Presidente da Casa, Ver. Valter Nagelstein; a Capitã Clarice Heck, coordenadora da Patrulha Maria da Penha; e a Ver.^a Comandante Nádia, minha colega. Quero ressaltar a importância de existirem políticas públicas que defendam a mulher, que defendam a classe feminina. Eu não posso começar a minha explanação sem fazer referência à gestão do Partido dos Trabalhadores que municiou, e muito, a Brigada Militar para que pudesse implementar todas as equipes em defesa da mulher, inclusive criou a Secretaria da Mulher, onde tivemos a honra de ter, como 1ª Secretária, uma mulher negra, que foi a Secretária Márcia Santana, que hoje não está mais conosco. Por que falo isso? Falo isso, porque represento o povo de terreiro e também atuo muito no combate ao racismo e pelos direitos humanos, e sabemos que, na base das pirâmides que compõem a violência doméstica – e a Capitã assim como a Comandante Nádia também devem saber –, são as nossas mulheres negras, que sofrem muito com a violência doméstica. Hoje a violência doméstica não tem mais classe social, ela está em todas as classes, mas é muito mais difícil a gente realizar uma ocorrência quando ela se dá na periferia mesmo. Por isso a importância da patrulha, porque é ela que atua nas bases, e, depende de como for feita a ocorrência, vai chegar ao Judiciário e vamos conseguir alguma liminar ou algo que as defenda. Isso vai depender muito da atuação dessa patrulha.

Eu acho que investir na formação da Brigada Militar, enfim. Eu acho que a Brigada Militar tem sido um instrumento importante de segurança pública. Eu participei muito de seminários sobre humanização do serviço da Brigada Militar e achei um grande avanço isso, porque uma das abordagens que nós fizemos foi justamente sobre o enfrentamento do racismo. A gente sabe que o racismo é estruturante da nossa sociedade brasileira. Se as mulheres brancas sofrem com machismo, as mulheres negras sofrem em dobro porque elas sofrem racismo. A mulher negra sofre racismo na sala de parto, quando vai ter seu filho; ela sofre racismo em qualquer ambiente de emprego, inclusive ocupando espaço público, é discriminada duplamente porque é mulher e porque é negra. E muito, muito, muito na questão da violência doméstica. Nós precisamos fortalecer, que a Brigada disponha desse recurso para fortalecer a patrulha Maria da Pena, que é um trabalho de mulheres valorosas, um trabalho muito valioso, que faz uma contribuição muito importante para a nossa sociedade e que também acho que lida com o problema da

violência ali na base. É preciso que essa primeira abordagem seja uma abordagem que enxergue as diferenças e atenda com um grau de humanidade muito importante, porque, quando se fala em segurança pública, às vezes a gente se depara com muito excesso. Então quero saudar o trabalho da patrulha, quero dizer da honra de poder ouvir o seu relato e o quanto a nossa sociedade precisa de ações como esta. Desejo que continue implementando essa política dentro da Brigada Militar, que eu acho que dialoga muito com esse processo de humanização, que é uma coisa de hoje, que seja sempre um trabalho profícuo. Axé!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Baba Diba de Iyemonja, seja muito bem-vindo ao seu período de exercício de Liderança, que consiga encontrar aqui os seus propósitos e seus ideais como agente público.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Capitã Clarice Heck, é um prazer recebê-la mais uma vez aqui; Comandante Nádia, minha saudação especial, sempre atenta e vigilante a esses grandes problemas que as mulheres brasileiras enfrentam. É terrível verificar os dados. Como todos têm acesso aos dados, vou deixar de citá-los aqui, porque qualquer pessoa tem acesso hoje a eles pelos meios eletrônicos. Eu quero aqui discutir e levantar questões que podem ajudar a nossa Cidade, de um modo especial, a avançar no combate à violência doméstica, ao feminicídio e à truculência machista, gaudéria que devem ser por nós todos repudiadas.

Capitã Clarice, eu acho que a patrulha tem um aspecto educativo, porque o carro da Brigada Militar, com a sua sinalização, é uma linguagem perceptível em qualquer lugar e

para qualquer pessoa. A pessoa pode não ter muito conhecimento sobre a história de quem foi Maria da Penha, menos ainda sobre a lei, mas sabe que há uma leitura a ser feita e observada. E a linguagem visual, o tamanho do carro, a presença da farda são a linguagem mais clara e objetiva, na minha opinião, para combater um conjunto de ilicitudes praticadas contra a mulher, especialmente com violência. Vou mais longe: discute-se muito hoje a necessidade de uma revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal. A gente tem que ter um pouco de cuidados. Indiscutivelmente, há lacunas. Quem imaginava, um tempo atrás, estarmos discutindo crimes na internet. Hoje, talvez, um crime que tem um caráter econômico, um caráter de afronta à dignidade da pessoa humana – esses dois aspectos são muito importantes – e que lida, inclusive, com a questão de assédio moral, assédio sexual, exploração sexual de mulheres e de crianças, tráfico internacional de mulheres são temas gravíssimos, que as pessoas não gostam de debater, não sabem que é tão grave e que tem que ser juntado a essas questões que estou colocando aqui na pauta desta discussão sobre a Patrulha Maria da Penha. Por isso, não se trata tanto como se uma simples mudança no Código de Processo Penal fosse resolver o problema, porque é um avanço, sem dúvida nenhuma, a Lei do Feminicídio, porque ela colocou mais às claras um grande debate nacional mais do que a lei propriamente dita. Aí, mais uma vez, é a leitura que se faz da lei, e não a lei propriamente dita, porque elementos para a condenação do feminicídio estão no Código Penal. Pode-se usar o Código de Processo Penal, mas se deixou bem claro, com a Lei do Feminicídio, o que se pensa. Já a Lei Maria da Penha também evidenciou crimes e destacou dos crimes os que estamos aqui a debater. Por isso eu quero dizer que é um dia importante para Porto Alegre e para esta Câmara dizer que vai fazer e está fazendo a sua parte. Eu diria mais: vou propor à Comandante Nádia em especial – e o meu gabinete se junta ao dela – que possamos fazer alguns movimentos conjuntos e quem sabe trazer as outras colegas Mônica, Sofia, enfim, as assessorias de gabinete, especialmente as mulheres – mas eu me somo, porque me considero um feminista – na grande batalha contra a violência doméstica, contra a violência contra a mulher. Viva a Patrulha Maria da Penha! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em teu nome, Clarice, eu quero cumprimentar, muito gentilmente, carinhosamente, os patrulheiros, homens e mulheres, policiais militares que são abnegados nessa missão tão árdua, tão complexa que é a violência doméstica. Gostaria de dizer para vocês que dia 20 de outubro de 2012 tivemos a honra, sim, de implementar e começar a coordenar a Patrulha Maria da Penha em Porto Alegre, que felizmente se expandiu pelo Rio Grande do Sul, hoje em 27 municípios. A Patrulha veio exatamente para completar a lacuna que existia entre a medida protetiva de urgência deferida pelo Judiciário e o fiel cumprimento dessa medida por parte do agressor. Até então nós víamos as nossas mulheres que registravam a ocorrência na Delegacia da Mulher, que chamavam a Brigada Militar, que efetivamente queriam a representação contra o seu agressor, recebendo uma medida protetiva e infelizmente morrendo com um papel no bolso ou na sua carteira. Isso não podia continuar assim. Para que as outras mulheres não tivessem denunciado até então pudessem se estimular e efetivamente ver que o Estado, no *latu sensu*, estava ali presente, fazendo e dando a proteção que essa mulher vitimada tanto necessitava. Tem um trecho, que é do livro da Maria Berenice Dias, que foi a nossa primeira Desembargadora aqui do Rio Grande do Sul, que diz assim: primeiro vem o silêncio, seguido da indiferença, depois surgem as reclamações, reprimendas, reprovações e em seguida começam os castigos e as punições. A violência psicológica transforma-se em violência física. Os gritos transformam-se em empurrões, tapas, socos, pontapés, num crescer sem fim. As agressões não se cidade cingem à pessoa da vítima. O varão destrói seus objetos de estimação, a humilha diante dos filhos, pois sabe que esses são seus pontos fracos e os usa como massa de manobra, ameaçando maltratá-los. Isso, nós vamos hoje com uma grave alienação parental, que a Capitã Clarice bem sabe que hoje os agressores ameaçam as suas vítimas, que se forem fazer o registro contra eles, eles retiraram seus filhos dela. E não há dor maior para essas mulheres pensar em perder seus filhos, então, elas se calam e apanham sozinhas. E aí que Patrulha Maria da Penha entra, dando toda a força que essa vítima precisa, mostrando um formato que vem realmente ao encontro daquilo que o legislador quis ao criar a Lei nº 11.340, que é fazer

um atendimento à vítima de forma integral, garantindo-lhe a proteção e a informação. A presença da polícia, da Patrulha Maria da Penha, nos momentos mais cruciais que são aqueles próximos à ocorrência do fato ou a reincidência desse fato é fundamental para mostrar a presença ali, Ver.^a Mônica, naquela situação de conflito em que apenas a mulher, o agressor e os filhos. A vítima com a Patrulha Maria da Penha sente-se amparada; e o agressor compreende que sua ação tem uma resposta estatal. Ele não fica impune. E é isso, sim, que nós viemos aqui nesta Câmara de Vereadores dizer que a nossa Capital, Porto Alegre, quer cada vez mais as Patrulhas Maria da Penha aqui em Porto Alegre fortificadas, trabalhando diuturnamente fazendo a proteção a essas mulheres vítimas. E esta Casa hoje aqui homenageia a ti, Capitã Clarice, em teu nome, todos os patrulheiros e a nossa Brigada Militar por ter, sim, avançado nesse ponto, desafiado coisas antigas e feito a diferença tão necessária para o nosso Estado, para outros estados, inclusivamente, por termos recebido uma homenagem do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington por sermos a ferramenta mais eficaz no combate à violência doméstica. Parabéns a ti que eu sei que tem a sensibilidade, que tem a força. E eu tenho certeza que a Patrulha Maria da Penha tende a completar muitos mais cinco anos e que ela tenha vida longa no Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero me somar à homenagem, não vou utilizar a expressão, com a licença dos colegas, “violência de gênero”, porque eu acho que gênero somos todos nós, seres humanos – brancos, negros, independentemente... Eu queria utilizar a expressão “violência contra a mulher”, Comandante, se me permite, assim como eu também acho deplorável a violência contra o menor. Acho que a violência contra a mulher, por si só, além de ser um fato perverso e extremamente covarde, como disse a Comandante Nádia, não atinge só a mulher e a sua dignidade; via de regra atinge as crianças, a prole, os filhos, o que é mais perverso ainda. O que a gente vê nas famílias, infelizmente, Ver. Ricardo, Ver. Tarciso, e quem convive com isso, como o Vereador que está mais próximo das comunidades, às vezes das comunidades mais carentes, vê que os homens, muitas vezes, fazem os filhos e vão embora, e a mãe é que está sempre ali, é a mulher que fica junto. Isso se dá também com as crianças que tem algum tipo de doença, como uma doença crônica, quem está ali junto, sofrendo o seu

calvário, sempre é a mulher. Então, a mulher merece de nós todo o respeito, porque ela é a fonte da vida, toda a proteção, e que bom que numa sociedade como a brasileira a gente conseguiu avançar de um momento em que as mulheres não podiam sequer votar para hoje a mulher ser policial militar – a Ver.^a Mônica também é afeta a isso. Eu fui três vezes a Israel, local onde as mulheres são oficiais do exército, onde as mulheres estão na linha de frente de algo que nós não gostaríamos que existisse, mas que existe, infelizmente, que é um enfrentamento. Acho que um grande fato de termos visto e vermos cada vez mais a importância e o papel da mulher não mais como sexo frágil é exatamente o seu papel numa das pontas mais conflagradas de toda a sociedade, que é a da violência e da criminalidade, e é esse o papel corajoso que vocês fazem.

Por falar em Israel, eu queria concluir com uma passagem do Talmude, que é um ensinamento milenar e que diz: cuida-te em fazer chorar uma mulher, pois Deus conta as suas lágrimas; a mulher não foi feita da cabeça para ser superior, não foi feita dos pés para ser inferior, foi feita da costela, ao lado para ser igual, embaixo do braço para ser protegida e perto do coração para ser amada. Então, a gente precisa respeitar – e o maior respeito é essa consideração e esse tratamento como iguais, que nós, efetivamente, somos – a Lei Maria da Penha, a Patrulha Maria da Penha, o seu trabalho, as oficiais da Brigada Militar, as soldadas da Brigada Militar. Por favor, levem daqui o nosso carinho e a nossa gratidão. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (15h38min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje, 9 de novembro de 2017, cumprem-se 28 anos da queda do Muro de Berlim. A Alemanha, que passou 28 anos com o muro em pé, acaba de completar igual período livre do muro. A queda do muro foi o símbolo maior do fracasso do comunismo. O muro caiu de podre, empurrado de dentro para fora pelos berlinenses que eram aprisionados por um regime totalitário. O socialismo e o comunismo nunca existiram sem gerar opressão e miséria. Nenhum regime coletivista é capaz de produzir ao mesmo tempo democracia, liberdade e

prosperidade. Quando, em 9 de novembro de 1989, os berlinenses puderam cruzar a cidade, depois de 28 anos, não encontraram apenas as suas famílias e seus amigos que tinham deixado para trás, encontraram também as suas liberdades: liberdades civis, econômicas e política. O comunismo tomou a Alemanha Oriental, com o fim da 2ª Guerra Mundial, mas é verdade que esta foi vencida por uma coalizão entre os aliados, os Estados Unidos, França e Inglaterra, com o apoio do Exército Vermelho de Stalin. Ao fim da Guerra, americanos, franceses e ingleses se retiraram e devolveram a soberania da Alemanha Ocidental aos alemães; os comunistas ficaram, os soviéticos ficaram e criaram ali, na Alemanha Oriental, o segundo regime totalitário que aquele país viveria depois do nazismo. Irmãos que são: comunismo e nazismo. Vinte e oito anos de muro de Berlim até que finalmente foi derrubado por um povo sem liberdade, uma sociedade que viveu sob um partido único, sem liberdade econômica, sem empreendedorismo, sem possibilidade para as famílias darem de comer aos seus filhos. Muitos líderes ajudaram a construir a queda do muro de Berlim, entre eles, especialmente, Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Margaret Thatcher, na Inglaterra e o Papa João Paulo II. Muitos líderes se empenharam em vencer uma batalha na Guerra Fria, que era uma batalha retórica, uma batalha para denunciar os crimes do comunismo e de mostrar ao mundo o estado de miséria que os países comunistas se encontravam. A esses líderes queremos deixar no dia de hoje a nossa homenagem. Outros tantos líderes, então, assim como hoje, silenciaram sobre os crimes do Comunismo; silenciaram sobre a miséria que o Socialismo produziu; muitos líderes, então, assim como hoje, defendem este regime homicida. A estes, não homenageamos, a estes líderes dizemos apenas que esperamos que não triunfem, que não reproduzam em outros países a opressão e a miséria que o Comunismo produziu onde foi implementado. Deixamos o nosso desejo de que nunca repliquem a tristeza e o genocídio, verdadeiro genocídio, que o Comunismo produziu. Que não vençam, no Brasil, a batalha que perderam em outros lugares do mundo. Depois de 28 anos de atraso, atrás do Muro de Berlim, hoje a Alemanha Oriental, Alemanha Unificada comemora 28 anos de liberdade, de prosperidade e de democracia. Que possamos não replicar em nenhum lugar do mundo o homicida regime Comunista que arruinou a Alemanha e tantos outros países. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Ricardo Gomes, bela lembrança histórica do marco da história recente da humanidade. Não há nenhum Vereador que queira manifestar-se.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h44min.)